Notícias do dia 06 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos de lei do Executivo podem ser votados em definitivo hoje 3

Projetos de lei do Executivo podem ser votados em definitivo hoje

Da Redação

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 6, deve contar com 78 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião do mês de outubro será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 72 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São nove propostas em fase de votação definitiva, 32 em primeira apreciação, e 31 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

De autoria do Poder Executivo, a pauta traz três propostas em segunda apreciação, uma em primeira fase e um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta do governador Ronaldo Caiado (DEM) que propõe alterar a Lei nº 14.653, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari), e a Lei nº 14.654, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Comissão de Defesa Prévia (Codep), integrante da estrutura organizacional da antiga Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop). O texto foi protocolado na Casa sob nº 7272/21 .

Segundo a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), a alteração da Lei nº 14.653, de 2004, tem a intenção de instituir a 4ª, a 5ª e a 6ª Jari, bem como permitir o pagamento de jetons ao presidente e aos relatores de cada junta por reunião a que comparecerem. Também se busca modificar a Lei nº 14.654, de 2004, para instituir a 2ª Codep, feito que, segundo o órgão, não provocará impacto financeiro.

Segundo justificativa apresentada no processo legislativo, a constituição das Jaris é uma exigência do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e que o apoio administrativo e financeiro para o funcionamento delas cabe ao órgão ou à entidade onde funcionem e, por isso, a aprovação da proposta é muito importante para que se garanta a efetividade das normas de trânsito.

A Goinfra afirma que a criação de mais três Jaris e a expansão da Codep se justifica pelo volume de infrações e de recursos a serem processados, além dos ingressos regulares mensais, o que se agrava com a existência de volume passivo acumulado. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) atestou a viabilidade jurídica da proposta condicionada à comprovação da substituição de despesa com o pessoal.

Ainda de autoria do Poder Executivo, a pauta traz também para segunda apreciação dos parlamentares, os projetos de lei nºs 7383/21 e 7386/21 . O primeiro deles tem por objetivo dobrar o Fundo Rotativo da Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Com a mudança, o valor passará de R$ 50 mil para R$ 100 mil reais. O segundo autoriza o chefe do Poder Executivo a alienar, mediante doação sem encargo, ao município de Rio Verde, um imóvel que será destinado a assentar um setor empresarial, para abrigar empresas de micro e pequeno porte, com geração de renda e de milhares de empregos.

Se os projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 6, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano

transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetaplay.com.br/projetos-de-lei-do-executivo-podem-ser-votados-em-definitivo-hoje/